

DENISE GOMES DE MOURA

dgm0709@gmail.com

IFB – INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

MOBILIDADE: O PERCURSO DO CONCEITO E SUA APROXIMAÇÃO À COMUNICAÇÃO

RESUMO

Este ensaio propõe um percurso histórico sobre os estudos da mobilidade e aponta algumas ligações com as questões das migrações e dos refugiados. Sugere, também, uma aproximação ao campo da comunicação, concluindo que, com o uso multifacetado dos *smartphones*, os média sociais tornaram-se objeto de estudo em diversas áreas temáticas, inclusive na mobilidade.

PALAVRAS-CHAVE

Mobilidade; tecnologia; desigualdade social; migrações

INTRODUÇÃO

Os países da União Europeia enfrentam uma das grandes crises humanitárias da história com o problema dos refugiados. Para compreender esse fenómeno e encontrar soluções, os estudos sobre mobilidade são fontes de conhecimento imprescindíveis. O conceito de mobilidade, que vem sendo desenvolvido e aprimorado desde o início do século passado, em diversas áreas de investigação, apresenta grande riqueza para todas as ciências. Este ensaio propõe um percurso histórico sobre os estudos da mobilidade e aponta algumas ligações com as questões das migrações e dos refugiados. Sugere, também, uma aproximação ao campo da comunicação, concluindo que, com o uso multifacetado dos *smartphones*, os média sociais tornaram-se objeto de estudo em diversas áreas temáticas, inclusive na mobilidade. Diante disso, assumimos que a comunicação, que tem nos meios de comunicação um dos seus principais objetos de estudo, não poderá mais ficar afastada dos estudos sobre mobilidade.

O INÍCIO DOS ESTUDOS SOBRE MOBILIDADE

A mobilidade humana é um objeto estudado em diversas disciplinas, tais como: a Antropologia, a Psicologia Social, a Geografia, a Demografia, as Ciências Sociais, a Economia, a Comunicação Social e até mesmo a Engenharia, entre outras. Na Antropologia alguns dos trabalhos mais conhecidos dedicam-se à mobilidade dos seres humanos. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinovski (1922) e os *Nuer*, de Evans-Pritchard (1940/2002), revelaram as várias formas de mobilidade territorial dos seres humanos e das suas comunidades, focando a existência de populações nômadas, aliás. Segundo Rita d'Ávila Cachado, “foi a análise dos seus movimentos, itinerários e cíclicos que contribuiu para o nascimento de algumas interpretações mais estáveis em Antropologia” (2009, p. 2). Mas as Ciências Sociais são as que mais se interessaram pela mobilidade, desde a sua institucionalização enquanto campo científico, no início do século passado.

A primeira obra a exemplificar a autonomia temática da mobilidade social foi *Social and Cultural Mobility*, de Pitirim Aleksandrovich Sorokin, cuja primeira edição foi publicada em 1927, na Grã Bretanha. Naquela ocasião os estudos sobre mobilidade estavam apenas a começar e a quantidade de publicações era muito reduzida. Na primeira fase do desenvolvimento do conceito de mobilidade social, a Demografia assume um papel muito importante. Esta disciplina associava mobilidade com a estratificação social.

De acordo com Cachado (2009), a mobilidade nas Ciências Sociais está muito ligada ao estudo das migrações. A Escola de Chicago, nos anos 1920/1930 foi a primeira a dar importância ao papel do espaço na construção das realidades sociais. Naquela ocasião, um conjunto de estudos analisou padrões de interação social no espaço urbano da cidade de Chicago. Foi atribuída a essa corrente de pensamento a origem da escola da ecologia humana porque os seus investigadores tentavam transpor perspectivas das ciências naturais para a leitura de realidades sociais. Grande parte dos seus autores fez esquematizações de organização ou evolução do espaço urbano, ou leituras etnográficas da cidade; em particular, de espaços marginais, onde residiam as populações mais carentes.

No Reino Unido, a principal preocupação dos estudos de mobilidade prendia-se com as classes sociais. Mas a questão racial também esteve muito presente, especialmente nos textos dos investigadores da Escola de Manchester, criada em 1949 pelo antropólogo britânico, nascido na África do Sul, Herman Max Gluckman (1911-1975). Esta escola tinha vocação interdisciplinar e apostava na diversificação de perspectivas. O mais importante era o método e a preocupação com o social (Menara, 2012). Gluckman

envolveu na Escola de Manchester estudiosos de várias áreas, entre os quais: estatísticos, advogados, economistas, psicólogos, biólogos e até químicos; estes últimos defendiam que o contato interdisciplinar deveria ser o principal ponto de desenvolvimento para a metodologia em Ciências Sociais. Os estudos de caso eram o método mais utilizado pelos investigadores dessa escola, com forte vertente política e pensamento marxista (Menara, 2012).

A DISSEMINAÇÃO DO CONCEITO

O conceito de mobilidade social, tal como aplicado aos processos de estratificação social, passa a ser estudado de forma aprofundada por várias outras disciplinas. Há inovações estatísticas e metodológicas que contribuem para mensuração do fenómeno. Ocorre a proliferação de debates entre autores e correntes teóricas e o fortalecimento da International Sociological Association. Há o amadurecimento do comité dessa associação, denominado: Research Committee of Stratification and Social Mobility. E o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1990 é o mais profícuo para o conceito, pois de acordo com Magda Nico (2015, p. 6), “não há um único ano deste período sem publicações sobre mobilidade social”. Nessa fase, as publicações norte-americanas, que eram predominantes, até então, sofres decréscimo. E ocorre maior diversificação de trabalhos científicos de autores ingleses, canadianos, franceses, de países escandinavos e de outros países europeus (Nico, 2015). Há também diversificação de enfoque; a mobilidade social passa a ser relacionada com questões como a reprodução social, transmissão da pobreza e da desigualdade, compreensão da relação entre as vidas individuais, as estruturas sociais e os processos históricos.

Os centros urbanos seguem como campo de estudos para a mobilidade, no sentido do movimento dos grupos e indivíduos no espaço físico. A estrutura urbana é entendida, na visão de Sofia Santos, como “fornecedora de possibilidades e constrangimentos para a mobilidade dos indivíduos e das famílias enquanto fator determinante na maior ou menor acessibilidade aos lugares” (2014, p. 5). A autora se refere a lugares de lazer, residência e trabalho, entre outros, frequentados diariamente pelos indivíduos. Esta investigadora faz uma revisão bibliográfica da mobilidade com ênfase nas questões da Geografia, sua área de formação básica e maior atuação, e chega à conclusão que falta entrelaçamento entre os estudos dos temas relacionados a desigualdades sociais, território, espaço e mobilidade. Segundo ela: “a negligência da relação entre desigualdades sociais, território

e mobilidade produz frequentemente políticas públicas de mobilidade que contribuem para a produção de territórios injustos” (Santos, 2014, p. 25).

Paula Christofolletti Togni, em revisão de literatura para sua tese de doutoramento, identificou o uso do termo mobilidade a partir da década de 1960, vinculado a trânsitos, deslocações e circulações de atores sociais, em quatro abordagens principais, não necessariamente antagônicas: 1) análises sobre os deslocamentos de migrantes entre países de origem e de destino, como por exemplo, os *migration studies*; 2) reflexões sobre a circulação de significados culturais, objetos e identidades num tempo-espaço; 3) análises sobre as estéticas diaspóricas a partir dos estudos culturais; 4) numa combinação entre estudos urbanos e *migration studies*, a utilização do termo mobilidade como um conceito alargado, em estudos mais recentes (Togni, 2014, p. 103).

A MOTILIDADE

Vincent Kaufmann, investigador e professor do Laboratório de Sociologia Urbana (LaSUR), da École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça, propôs o conceito de motilidade, que diz respeito ao potencial individual para a mobilidade (Kaufmann, 2004). Juntamente com Michel Flamm, seu colega do LaSUR, em 2006, Kaufmann realizou estudos exploratórios qualitativos para demonstrar a operacionalidade do conceito de motilidade. A pergunta-chave que os guiou para as entrevistas em profundidade foi: a motilidade constitui um fator de distinção social? O propósito era investigar o que levaria os indivíduos a optar por determinado tipo de mobilidade no seu dia-a-dia. Os investigadores chegaram à conclusão de que a motilidade representa uma forma de capital, similar ao capital económico, social e cultural. E que a decisão pelo tipo de transporte (autocarro, metro, bicicleta, veículo particular, moto, comboio) a ser utilizado para mover-se cotidianamente varia de pessoa para pessoa e depende de condicionantes, tais como segurança, conforto, preço e consciência ambiental, entre outros fatores (Flamm & Kaufmann, 2006).

Os estudos acima mencionados sugerem que a motilidade poderia acentuar desigualdades sociais induzidas por outros fatores. Certamente que os resultados dessa pesquisa não podem ser generalizados, uma vez que essa investigação retrata a realidade de um contexto específico: ambiente urbano, numa cidade europeia, de regime capitalista. Partiu-se do princípio de que nesta sociedade moderna, existe liberdade de viajar para qualquer destino, a qualquer hora, e que há ainda liberdade de escolha do

local para morar, assim como das relações sociais a privilegiar. Nessa sociedade, de acordo com os investigadores, a mobilidade espacial tornou-se tão crucial, ao ponto de estabelecer-se como uma ideologia pela qual os indivíduos passam a ser pressionados para que expandam suas mobilidades no sentido de se adaptarem às novas condições de trabalho e às mudanças espaciais (Flamm & Kaufmann, 2006). Nesta pesquisa, os investigadores não abordaram qualquer questão de género, de mobilidades forçadas ou de restrições político-geográficas.

A MOBILIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

John Urry, Vincent Kaufmann, Tim Cresswell e Mimi Sheller são referências nos estudos contemporâneos da mobilidade no campo das Ciências Sociais. Considerando que a mobilidade de pessoas, ideias, capital, informação e coisas, ao redor do mundo, se tornou tão importante nas últimas décadas, especificamente a partir dos anos 1990, eles propuseram o conceito de mobilidade como um paradigma epistemológico e teórico para compreender a sociedade globalizada, que foi designado por “paradigma na nova mobilidade”. John Richard Urry (1946-2016), também conhecido como o “sociólogo da mobilidade”, contribuiu não apenas para o aprofundamento das discussões no âmbito da mobilidade. Ele deu grandes contribuições aos estudos do consumo e dos serviços em turismo, das mudanças sociais e económicas e aos estudos sobre o uso da energia. O periódico *Mobilities*, publicado pela Universidade de Lancaster, no Reino Unido, onde Urry atuou como professor e investigador por 44 anos, é considerado um dos mais importantes espaços de debate sobre a mobilidade.

Os acontecimentos considerados desastres urbanos da pós-modernidade nos EUA como o ataque ao World Trade Center, em Nova Iorque, ou o furacão Katrina, em Nova Orleães, tornaram evidente que à mobilidade ultra-moderna e rápida contrapõe-se uma incapacidade de mover-se em determinadas situações. A mobilidade cosmopolita não se mostra aplicável a casos em que os incidentes provocam imobilidades intransponíveis com a interrupção de sistemas de comunicação e transporte, inundações de estradas e pontes etc. Hannam, Sheller e Urry (2006) alertam para a vulnerabilidade a que estamos sujeitos devido à falta de investimento em transportes públicos, à cultura do automóvel, e à dependência económica de fontes de energia não renováveis, entre outros fatores. Segundo estes investigadores, não há estratégias de sobrevivência para situações inesperadas. E da mesma forma que pessoas com boas condições financeiras se

deslocam frequentemente no espaço em tempos cada vez menores, também os vírus, como o da gripe aviária, por exemplo, viajam de um continente a outro espalhando epidemias em questão de horas.

Tim Cresswell (2014) introduz preocupações com a segurança humana (alimentar, climática e de saúde) e com a segurança animal, a partir dos estudos da mobilidade, numa perspectiva geográfica. Este pesquisador, situado nos Estados Unidos da América, parte da reflexão sobre a presença de carne de cavalo, misturada com as carnes vermelhas em alimentos processados, como *hamburgers* por exemplo, vendidos nos supermercados europeus, para questionar a mobilidade dos animais – vivos ou mortos – assim como o fluxo de objetos e pessoas pelo mundo. A partir de uma tentativa de rastrear a cadeia produtiva da carne na Europa, por meio dos estudos da mobilidade, Cresswell (2014, p. 713) faz reflexões sociológicas sobre o modo de vida contemporâneo e sua relação com a segurança humana e animal. Ele questiona como seria o mundo sem fronteiras internacionais para situações como o terrorismo e as guerras.

Hannam, Sheller e Urry (2006) sugeriam há uma década que crises do atual e complexo sistema de mobilidade tenderiam a aumentar no futuro. Estamos no ano de 2018 e somos testemunhas de que eles estavam certos. Ataques terroristas, catástrofes ambientais e a maior crise humanitária da Europa, provocada pela migração forçada em massa, nos últimos cinco anos são provas disso. Em 2006 os investigadores acima citados já alertavam para a urgente necessidade de as Ciências Sociais desenvolverem metodologias coerentes para a investigação da mobilidade de forma a criar resiliência para casos de imobilidade forçada; ou seja, as impossibilidades de sair de uma determinada situação e lugar por falta de transporte e vias de acesso, entre outros condicionantes. Segundo esses investigadores, o complexo e dinâmico sistema de mobilidade atual não é perfeitamente ordenado, nem anárquico; há uma “desordem ordenada” (Hannam et al., 2006, p. 9).

○ ALARGAMENTO DO TERMO MOBILIDADE

Segundo Mimi Sheller, embora o termo mobilidade seja historicamente significativo para diversas áreas do conhecimento, especialmente para as Ciências Sociais, na atualidade, com o avanço da tecnologia e os novos desafios das migrações forçadas, a mobilidade tornou-se um conceito urgente e em constante alargamento (Sheller, 2011, p. 1). Enquanto as Ciências Sociais relacionam o termo com desigualdade, poder e hierarquia social, a Geografia faz relações com território, escalas e fronteiras. Por

outro lado, a Antropologia, os Estudos Culturais e a Comunicação Social tratam a mobilidade e suas relações com discursos e representações sociais e visuais. A pesquisadora acrescenta que o alargamento do conceito de mobilidade na contemporaneidade levou os teóricos pós-coloniais a repensarem os seus conceitos; uma vez que, segundo ela, os estudos da mobilidade mostram que esse conceito vai além das aproximações com a globalização, o nomadismo e os fluxos (Sheller, 2011, pp. 2-3).

Ao referirem-se à mobilidade, teóricos contemporâneos (Creswell, 2014; Kaufmann, 2004; Sheller, 2011; Urry, 2006) levam em conta não apenas o movimento físico de pessoas, informações e objetos. Eles tratam também da mobilidade virtual, imaginária e comunicativa. O conceito vem evoluindo e incorporando novos aspectos que decorrem da evolução da sociedade e das tecnologias. O campo de estudos da mobilidade é muito amplo, multidisciplinar e aberto para constantes inovações. As pesquisas nessa área têm proporcionado diálogos entre geógrafos, sociólogos, antropólogos, arquitetos, demógrafos, economistas, planejadores urbanos, engenheiros, comunicólogos, artistas e muitos outros investigadores de campos afins. Esses diálogos são muito importantes para subsidiar gestores na elaboração de políticas públicas que possam solucionar problemas sociais emergentes como: congestionamento de tráfego, especialmente nas grandes cidades; deslocamentos rápidos de pessoas em casos de acidentes ambientais; poluição por uso excessivo de combustíveis fósseis; tráfico de seres humanos; e refugiados em fuga; entre outros.

REFUGIADOS E MIGRANTES

As migrações sempre existiram em todo o mundo. Em busca de melhores condições de vida, as populações deslocam-se dentro do próprio país ou para além das suas fronteiras. Nos últimos anos temos visto situações de imigração em grandes proporções, especialmente para países da europeus. Fugindo de guerras, miséria e catástrofes ambientais, entre outras motivações, milhares de pessoas emigram diariamente para diversos países. O ano de 2013 testemunhou um aumento, até então, sem precedentes na história no número de deslocamentos forçados em todo o mundo. Motivos: guerras e conflitos. Foram 51,2 milhões de pessoas. Somente por ocasião da Segunda Guerra Mundial houve números superiores. E no ano seguinte, em 2014, os deslocamentos forçados atingiram 59,5 milhões; um aumento de 8,3 milhões. A Síria foi o país que gerou o maior número de refugiados (3,88 milhões), seguida do Afeganistão com 2,59

milhões (UNHCR, 2014). De acordo com os dados mais recentes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR) divulgados em 19.06.2017, até maio deste ano, 65,6 milhões de pessoas ao redor do mundo eram migrantes forçados. Destes, 22,5 milhões eram refugiados; 17% desses emigrantes estavam na Europa (UNHCR, 2017).

Vivemos na “sociedade do risco”, as situações de risco e ameaça a que estamos submetidos diariamente não dizem respeito a situações de classe. Os impactos desse mundo de insegurança não atingem apenas os pobres. “À classe dos afetados não se opõe uma classe dos não-afetados” (Beck, 2010, p. 47). Além de impactar pessoas, independente da sua classe social, esses riscos também não respeitam fronteiras de estados, nações ou continentes.

Nesse contexto da “sociedade do risco” as migrações e a mobilidade humana pelo mundo são interpretadas na ótica do paradigma da suspeição. Há processos sistêmicos de segregação e contenção das populações migrantes (Shamir, 2005). Existem pressões sociais, estruturas disciplinares e dispositivos legais que tentam delimitar a mobilidade global (Turner, 2007). Instalam-se práticas de uma suspeição generalizada, desencadeando estratégias de controle, como o aumento da vigilância nas fronteiras, a monitoração de dados e de indivíduos e a espionagem (Shamir, 2005, p. 201).

Ao tratar de refugiados estamos nos referindo ao termo estabelecido na Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados (que leva em consideração a Declaração Universal dos Direitos Humanos) e seu protocolo de 1967. Segundo esses documentos, “refugiado é qualquer pessoa que temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade” (Protocolo de 1967, Relativo ao Estatuto dos Refugiados – Artigo 1 § 2º). Referimo-nos à designação do termo, ampliada pela Declaração de Cartagena sobre os Refugiados de 1984, que considera também refugiadas:

as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (Declaração de Cartagena, Artigo 3 § 3º).

Ao chegar aos países que os recebem, essas populações precisam adquirir formalmente o termo de refugiadas para só então ter direitos garantidos internacionalmente. Para isto, devem provar que não cometeram atos ilícitos em seus países de origem. Diversas entidades, sob a coordenação

do ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - prestam assistência de recepção a essas populações. Enquanto aguardam, essas pessoas vivem momentos de muita dificuldade, ficam alojadas de forma precária, e podem não ter suas necessidades básicas atendidas. Esse processo de espera pode demorar meses; e em alguns casos, até anos.

Diferente do refugiado, o migrante internacional é definido como uma pessoa que se move para um país diferente daquele de sua residência usual. Pode ser qualquer pessoa que cruza pelo menos uma fronteira nacional. Distinto do imigrante, que é aquele que chega para ficar, o migrante é alguém que está em trânsito; que veio para trabalhar, pode viajar dentro do território e passar por diversas cidades, mas voltará para seu lugar de origem ou irá para outro país. O retrato sociológico do migrante pode ser resumido pela imagem de uma ruptura permanente com os locais que ligam o indivíduo com seu ambiente nativo, bem como um confronto com um mundo que pensa e vive de forma diferente. Além disso, os geógrafos consideram que o conceito de migrante (que eles põem em paralelo com os conceitos de emigrante e de imigrante) é baseado em um critério físico, de movimento no espaço (Diminescu, 2008, p. 566).

OS MIGRANTES CONECTADOS

A socióloga Dana Diminescu, da École Nationale Supérieure des Télécommunications (Paris), que criou a Fondation Maison des Sciences de l'Homme e coordena o projeto e-diasporas, lançou em 2008 o artigo: “The connected migrant: an epistemological manifesto”, que mesmo sendo a apresentação de resultados parciais de pesquisa científica, trouxe grandes contribuições para os estudos da mobilidade. Este artigo demonstra que os migrantes, ao contrário da forma como eram percebidos até então, como pessoas sem raízes, continuam com as suas ligações ao mudarem de país. Atualmente os migrantes são usuários massivos das TIC (tecnologias da informação e comunicação) e com isto, mesmo distantes, mantêm relações de proximidade com parentes em seus países de origem, assim como estreitam novos relacionamentos. Esta evolução, segundo a pesquisadora, marca uma nova era na história das migrações (Diminescu, 2008). Nesta nova era, a área da comunicação está presente nos estudos da mobilidade.

Ainda neste artigo, Diminescu (2008) sugere quatro níveis de análise, baseada no campo da mobilidade, para entender como funciona o conceito do “migrante conectado”:

- 1) o lugar do/a migrante num sistema global de mobilidades – neste nível são considerados todos os modos de mobilidade (física, imaginária e virtual) e é evidenciada uma mudança do predominante sedentarismo para a hipermobilidade;
- 2) o assentamento relacional na mobilidade – o contínuo relacionamento social proporcionado pelo uso das TICs influencia a decisão dos migrantes sobre para onde e quando ir, assim como proporciona o estreitamento de relações;
- 3) a identidade e sentido de pertença a redes móveis que une migrante e não-migrante, já que praticamente todas as pessoas, dependem dos dispositivos móveis para os mais diversos serviços do dia-a-dia como fazer transações bancárias, conseguir consulta médica, pegar transporte público, entre outros;
- 4) trabalho com a memória das mobilidades – todos os documentos, assim como fotografias, estão digitalizados e podem ser acessados das mais diferentes maneiras. (Diminescu, 2008, pp. 570-575)

Os resultados desses estudos apontam para o facto de que as práticas da mobilidade por meio de dispositivos móveis tornam difícil distinguir se são efetuadas por pessoas sedentárias, por não-migrantes ou por migrantes.

Chegou-se a acreditar que a partir da evolução e da popularização das TIC poderia haver uma redução da mobilidade física no mundo. Em pequena escala isto concretizou-se no âmbito das instituições, levando em consideração que muitas viagens foram evitadas com a possibilidade de reuniões virtuais intermediadas pelas TIC. Alguns trabalhadores também puderam reduzir suas idas ao local de trabalho quando suas tarefas passaram a ser realizadas em casa, por meio do computador. Estudantes passaram a ir menos às bibliotecas, já que muitos conteúdos estão disponíveis em bancos de dados na internet. Muitos cursos a distância foram instituídos em diversos centros de ensino ao redor do mundo. Mas no âmbito das migrações, ainda não há estudos suficientes para confirmar ou refutar esta hipótese. Ainda não é possível afirmar se o incremento do uso das TIC contribui para o aumento das migrações. Para Komito (2011), ainda não está claro como as novas tecnologias afetarão a natureza da migração ou se a alta taxa de comunicação entre as comunidades de migrantes estão a modificar os padrões de saídas e retorno (Komito, 2011, p. 9).

A PROXIMIDADE À COMUNICAÇÃO

Os meios de comunicação social sempre foram objeto de estudo da área de Comunicação Social. Uma dúvida prevalece ao longo de décadas: o poder que os meios de comunicação social tradicionais, tais como rádios, emissoras de televisão, revistas e jornais impressos – também conhecidos como *mass media* – teriam para influenciar as decisões dos gestores públicos e políticos. E se seriam capazes de influenciar grupos de pessoas na suas decisões particulares, capazes de mudar para sempre o rumo de suas vidas, como decidir pela mobilidade espacial, por meio da migração internacional, por exemplo. Uma linha de investigação desenvolvida nos anos 1990 ficou conhecida de três formas diferentes: *CNN Effect*, *CNN Curve* e *CNN Factor*; que são sinónimos. Os investigadores dessa linha de pensamento acreditam que, para além de ter grande influência na tomada de decisões, os media podem impor aos legisladores ações para prevenir conflitos (Zingarelli, 2010).

Apesar de pouco estudada, essa tese parece não se sustentar. O membro do Carnegie Commission on Preventing Deadly Conflict, criado em 1994, Nik Gowing, que também é investigador, mostra-se pessimista quanto à influência dos meios de comunicação de massa na tomada de decisão dos gestores que podem evitar guerras e catástrofes. No artigo “Media Coverage: Help or Hindrance in Conflict Prevention”, o autor apresenta muitos exemplos de conflitos ao redor do mundo e conclui: “o papel dos média é frequentemente ambíguo, vago e pouco elaborado” (Gowing, 1997, p. 7). Outro investigador que comunga do mesmo pensamento, é Steven Livingston (1997). Este considera que antes de se construir teorias para progredir no entendimento dos efeitos dos media em políticas externas, deve-se refinar o debate “falando mais precisamente sobre os efeitos prováveis em relação a políticas específicas (Livingston, 1997, p. 21).

No século XXI os estudos da mobilidade aproximam-se cada vez mais do campo dos estudos da comunicação. Para entender os fenómenos relativos à mobilidade como a migração em massa, por exemplo, torna-se imprescindível analisar os meios de comunicação utilizados pelos migrantes. O termo *polymedia* comentado por Mirca Madianou & Daniel Miller (2012, 2013), que significa um composto de média dinâmico e para o qual convergem todas as oportunidades comunicativas, onde se inserem os médias sociais, é um exemplo disto: “a teoria da polymedia surgiu a partir da etnografia comparativa das novas tecnologias de comunicação entre as famílias transnacionais” (Madianou & Miller, 2013, p. 170). Portanto, segundo essa teoria, a etnografia é a melhor maneira para estudar a polymedia

porque a etnografia não assume o que é mídia social, mas destaca os seus usos sociais no contexto da crescente popularidade dos meios de comunicação social. Polymedia e etnografia são convergentes no sentido em que tomam como ponto de partida as dinâmicas relacionais que sustentam as práticas dos média sociais. A *polymedia* envolve três tipos de relações: 1) entre os média, dentro de um ambiente comunicativo; 2) entre os seres humanos e a tecnologia; e 3) entre as pessoas por meio de “em” média. Por outras palavras, “a polymedia é a convergência do tecnológico com o social; e ao fazê-lo, desembala o social nos meios de comunicação social” (Madianou, 2015, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação manteve-se ausente dos estudos de mobilidade durante décadas. No entanto, a aproximação que teve início a partir dos anos 2000 parece não ter mais volta, a não ser que os investigadores dessa área estejam dispostos a abrir mão do seu objeto de estudo mais precioso: os meios de comunicação (tradicionais e contemporâneos). Com o advento da internet, das redes móveis e com a popularização dos *smartphones*, os meios de comunicação passaram a ser objeto de estudo de diversas áreas de investigação, inclusive da mobilidade. E os projetos de investigação deixaram de ser exclusivos de uma única área; estão a exigir cada vez mais equipas multidisciplinares a trabalhar conjuntamente, de forma colaborativa. O conhecimento cumulativo dos investigadores de comunicação sobre os média são muito importantes para antropólogos e sociólogos, por exemplo, que têm longo *background* sobre o tema da mobilidade e estão a desenvolver metodologias inovadoras capazes de investigar as redes sociais. Além disso, para que o desenvolvimento dessas metodologias tenha o mesmo ritmo frenético da evolução da tecnologia, de forma a que possam acompanhar essa evolução, esses investigadores carecem da integração de estudiosos das Ciências da Computação nos seus grupos de pesquisa. Desta maneira, com a troca de saberes e competências, a ciência tende de um modo geral a ser mais democrática e participativa. E com o auxílio da área da comunicação de ciência, integrada nas demais áreas do conhecimento, pode levar à sociedade os resultados das investigações realizadas na academia de forma mais rápida e partilhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beck, U. (2010). *Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.
- Cachado, R.D. (2009). Trajectos interurbanos na diáspora: o elo esquecido da mobilidade social. CIES e-Working Papers nº 83/2009 .
- Cresswell, T. (2014). Mobilities III: moving on. *Progress in Human Geography*, 38(5), 712-721. doi: 10.1177/0309132514530316
- Declaração de Cartagena. (1984). Cartagena. Retirado de www.refugiados.pt
- Diminescu, D. (2008). The connected migrant: an epistemological manifesto. *Social Science Information*, 47(565). doi: 10.1177/0539018408096447
- Evans-Pritchard, E. E.(1940/2002). *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- Flamm, M & Kaufmann, V. (2006). *Operationalising the concept of motility: a quantitative study*. Taylor & Francis. doi: 10.1080/17450100600726563
- Gowing, Nik. (1997). *Media Coverage: Help or Hinderance In Conflict Prevention*. Nova Iorque: Carnegie Corporation of New York.
- Hannam, K. Sheller, M. & Urry, J. (2006). Editorial: Mobilities, Immobilities and Moorings. *Mobilities*, 1(1), 1-22.
- Kaufmann, V., Manfred, B. & Joye, D. (2004). Motility: mobility as capital. *International Journal of Urban and Regional Research*, 28(4), 745-756.
- Komito, L. (2011). Social media and migration: virtual community 2.0. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 62(6), 1075-1086. doi: 10.1002/asi.21517
- Livingston, S. (1997). Clarifying the CNN Effect: an examination of media effects according to type of military intervention. Research Paper R-18. Public Policy, Harvard University.
- Madianou, M. & Miller, D. (2012). *Migration and new media: transnational families and polymedia*. Londres: Routledge.
- Madianou, M. & Miller, D. (2013). Polymedia: towards a new theory of digital media and interpersonal communication. *International Journal of Cultural Studies*, 16, 169-187.
- Madianou, M. (2015). Polymedia and Ethnography: Understanding the Social in Social Media. *Social Media + Society*. doi: 10.1177/2056305115578675
- Malinowski, B.(2002). *Argonauts of the western Pacific. An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. Routledge & Kegan Paul Ltd.

- Menara, L. G. (2012). Conflicto, equilibrio y cambio social en la obra de Max Gluckman. *Papeles del CEIC*#88, 2, 1-47.
- Nico, M. (2015). Reconfigurações e reposicionamentos do conceito da mobilidade social nas ciências sociais. *E-Working Papers*, 2, 1-16. Retirado de <http://observatorio-das-desigualdades.com/>
- ONU. (1967). Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiado. Coletanea de tratados, 606. Retirado de <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Refugiados-Asilos-Nacionalidades-e-Ap%C3%A1tridas/protocolo-sobre-o-estatuto-dos-refugiados.html>
- Santos, S. (2014). Mobilidade geográfica e desigualdades sociais: lugares e caminhos de investigação sociológica sobre território. *CIES e-Working Papers*, 179. Retirado de <http://hdl.handle.net/10071/9875>
- Shamir, R. (2005). Whithout borders? Notes on globalization as a mobility regime. *Sociological Theory*, 23(2), 197-217. doi: 10.1111/j.0735-2751.2005.00250.x
- Sheller, M. (2011). Mobility. *Sociopedia.isa*. Drexel University. doi: 10.1177/205684601163
- Sorokin, P. (1927). *Social Mobility Vol. III*. Reino Unido: Harper & Row.
- Togni, P. C. A. (2014). *Europa é o Cacém: mobilidade, gênero e sexualidade nos deslocamentos de jovens brasileiros para Portugal*. Tese de Doutorado, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal. Retirado de <http://hdl.handle.net/10071/8679>
- Turner, B. (2007). The enclave society. Towards a sociology of immobility. *European Journal of Social Theory*, 10(2), 287-303. doi: 10.1177/1368431007077807
- UNHCR. (2014). Global Trends Forced Displacement in 2014. The UN Refugee Agency. Retirado de <http://www.unhcr.org>
- UNHCR. (2017). Global Trends Forced Displacement in 2017. The UN Refugee Agency. Retirado de <http://www.unhcr.org>
- Zingarelli, M. E. (2010). *The CNN Effect and the Al Jazeera Effect in global politics and society*. Tese de Mestrado Georgetown University, Washington, DC. Estados Unidos da América.

Citação:

Moura, D. G. (2018). Mobilidade: o percurso do conceito e sua aproximação à comunicação. In E. Araújo, R. Ribeiro, P. Andrade & R. Costa (Eds.), *Viver em|a mobilidade: rumo a novas culturas de tempo, espaço e distância*. Livro de atas (pp. 22-35). Braga: CECS.